

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
EMBAIXADOR ENIO CORDEIRO
(setembro/2015 – junho/2017)

1. Brasil-México: contexto, panorama geral e importância das relações bilaterais

Brasil e México são dois sócios importantes em função não apenas da densidade própria da relação bilateral, mas também porque os dois países são pilares centrais da integração regional e têm uma densidade comparável de interesses na agenda internacional.

O Brasil tem relações políticas e econômicas muito mais intensas com outros parceiros regionais, especialmente no âmbito do Mercosul, mas o México é – em toda a região – o país que mais se aproxima do Brasil em termos de capacidade de influência no âmbito regional e de participação, com interesses transversais, na discussão das principais questões de interesse global que figuram na variada agenda dos organismos internacionais.

Por isso, a aproximação e convergência entre os dois países é um fator que contribui para maior confiança e equilíbrio nas relações regionais.

No mesmo sentido, a concertação política com o México é fator que também contribui para maior projeção e capacidade regional de influência no contexto internacional.

No plano multilateral, Brasil e México sustentam posições contrárias no que respeita à ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por vezes sustentam posições divergentes no âmbito da OMC, da ALADI e em questões tópicas da agenda ambiental internacional.

As divergências substanciais, no entanto, param por aí.

No essencial, os dois países compartilham interesses comuns na defesa do multilateralismo e de uma maior democratização dos mecanismos das instituições internacionais. Os dois países são membros do G20, apóiam a reforma das instituições financeiras internacionais e defendem regras mais equitativas para o comércio internacional.

Os dois países compartilham também uma responsabilidade comum de contribuir para a paz, a prosperidade, o desenvolvimento econômico e social e a estabilidade democrática em toda a região.

Por isso, o fortalecimento da relação política e econômica entre o Brasil e o México é instrumento fundamental para que se logre promover um maior grau de autoconfiança coletiva na busca de soluções endógenas para as questões políticas, econômicas e sociais de interesse regional.

Em síntese, para o Brasil trata-se de uma relação fundamental para que se possa lograr um salto qualitativo na forma como atuam os mecanismos de integração regional e na forma como a região se vê frente a outros países e a outras regiões do mundo.

Por sua vez, para o México - frente a humores cambiantes e novas realidades políticas no seu entorno geográfico imediato - é muito importante fazer notar a determinação política de igualmente promover um salto qualitativo e maior diversificação na sua forma de relacionar-se com a região e com o mundo. Pelo menos no plano retórico, a necessidade de aprofundamento da relação bilateral com o Brasil ganha assim um novo contorno político.

É nesse contexto que adquire ainda maior tração e impulso político o interesse bilateral, tanto para o Brasil como para o México, de fortalecer suas instâncias de diálogo político, o conteúdo de suas relações econômicas e comerciais e seus laços de cooperação em todos os campos de atividades.

Na afirmação desse propósito, contudo, Brasil e México têm ainda de enfrentar velhos e novos preconceitos que entorpecem o fortalecimento de sua relação. Persistem ainda falsas e velhas noções de competição e rivalidade. Persiste também um assombroso déficit de conhecimento recíproco sobre o potencial econômico e capacidades próprias dos dois países.

Por isso, os dois países precisam assumir compromissos que vão mais além da superfície e da reiteração de simpatias naturais. Os dois países precisam conhecer-se mais e melhor. Precisam ver-se trabalhando juntos em iniciativas comuns no plano bilateral, regional e multilateral. É também muito importante que, no entorno regional e hemisférico, os demais países nos vejam trabalhando constantemente juntos.

Brasil e México são as duas maiores economias da América Latina. Respondem juntos por 65% do PIB regional.

As relações econômicas bilaterais são densas e significativas.

Um dado importante a destacar são os investimentos recíprocos.

O estoque de investimentos de empresas mexicanas no Brasil alcançou a impressionante cifra de US\$ 30 bilhões. A forte presença dos investimentos privados mexicanos é bastante notável na vida cotidiana de todos os brasileiros.

Dentre outras empresas brasileiras, são controladas por investimentos mexicanos a Embratel, a Net e a Claro. Há importantes investimentos mexicanos na indústria brasileira de alimentos, panificação, sucos e refrigerantes. Outros investimentos mexicanos têm posição destacada na produção de autopeças, e de tubos e conexões para construção civil. Pertencem também a investidores mexicanos uma importante rede de salas de exibição de filmes, os free-shoppings de aeroportos internacionais no Brasil e concessões de áreas comerciais ao longo de rodovias federais.

Por sua vez, os investimentos privados brasileiros no México somam também cifra próxima de US\$ 30 bilhões, ainda que os dados do Banco Central do Brasil registrem número bastante inferior.

Os principais investimentos privados brasileiros realizados no México foram a aquisição em 2013 da Cervejaria Modelo pelo braço brasileiro da AB-INBEV, numa operação estimada em US\$ 15 bilhões, e a construção pelo consórcio Braskem-Idesa de um complexo de produção de etileno no Estado de Veracruz, que foi o principal investimento privado já realizado no setor petroquímico do México, por um valor de US\$ 5,4 bilhões, e que contou com financiamento parcial do BNDES.

A presença de investimentos privados brasileiros no México está distribuída entre mais de 650 empresas nos setores de alimentação e bebidas, indústria química, automotriz, petróleo e gás, construção, motores elétricos e transformadores, utensílios domésticos, serviços financeiros e de gestão empresarial, tecnologia de informação e

comunicações. Estão presentes no México, dentre outras empresas brasileiras, a Petrobras, Braskem, Odebrecht, Unigel, Oxiteno, a Gerdau, Marcopolo, Tupy, Weg, Iochpe-Maxion, Bradesco, BTG Pactual, Totus, Stefanini, Falconi, Tantum, Intelbras, Artecola, Tramontina, JBS, Gráfica Gonçalves, o consórcio chileno-brasileiro Latam, e o consórcio internacional AB-INBEV, que tem ampla participação brasileira.

O BNDES financiou, nos últimos anos, parte dos investimentos da BRASKEM e a exportação de aviões da EMBRAER.

A previsibilidade do ambiente regulatório tem facilitado os investimentos privados de lado a lado. Empresas brasileiras com significativos investimentos no México têm relatado, no entanto, problemas no relacionamento comercial com a PEMEX (Petróleos Mexicanos), especialmente com relação à incapacidade dessa empresa de cumprir cabalmente com os contratos de fornecimento de matéria-prima para a indústria petroquímica. Essa situação afetou fortemente as atividades da Unigel (propileno), é causa de preocupação atual para a Oxiteno (óxido de etileno) e impede a utilização plena da capacidade produtiva da Braskem-IDESa (etano). O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, uma vez aprovado pelo lado mexicano, poderá servir para dar encaminhamento a problemas dessa natureza.

O comércio bilateral segue, no entanto, visivelmente abaixo de seu potencial, tendo em vista tratar-se das duas maiores economias da América Latina e Caribe.

Mas apesar de apresentar cifras modestas (caiu de US\$ 10 bilhões para US\$ 7 bilhões nos últimos anos), o comércio bilateral não deixa de ser importante para os dois países.

O México é o 8º principal sócio comercial do Brasil e o comércio bilateral entre os dois países é maior do que o comércio que México e Brasil têm individualmente com terceiros países tão importantes como o Reino Unido, França, Itália, França e Índia.

Os principais produtos exportados pelo Brasil ao México são: veículos e autopeças, motores e autopeças, maquinaria mecânica e elétrica, café, produtos químicos, moto-compressores, produtos semimanufaturados de ferro e aço ferro fundido e carne de frango.

Os principais produtos exportados pelo México ao Brasil são: automóveis, motores, caixas de marcha, autopeças, máquinas elétricas e mecânicas, químicos orgânicos, ácido tereftálico, pigmentos e medicamentos.

Aproximadamente 90% do valor das exportações brasileiras para o México correspondem a bens industrializados. Nas exportações mexicanas, predominam também produtos industrializados. O comércio bilateral é fortemente concentrado no setor automotivo.

Os acordos comerciais em vigor entre o Brasil e o México são o Acordo de Cooperação Econômica nº 53 e o Acordo de Cooperação econômica nº 55, ambos de 2002.

O ACE-53 é um acordo de preferências fixas que incorpora número bastante limitado de produtos (cerca de 800 linhas tarifárias).

Na visita presidencial de maio de 2015, decidiu-se promover a ampliação do universo tarifário coberto pelo ACE-53 e o aprofundamento das margens de preferência concedidas, com vistas a transformá-lo progressivamente num acordo de livre comércio.

Conforme a decisão então tomada pelos Presidentes dos dois países, o ACE-53 ampliado deverá incluir também capítulos sobre serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias.

Há uma grande expectativa, sobretudo do lado brasileiro, com relação a essas negociações.

Deve-se lembrar, no entanto, que em 2012 frustrou-se a tentativa de levar adiante um Acordo Estratégico de Integração Econômica que tinha precisamente por fim estabelecer o livre comércio entre os dois países.

Para o Brasil, sempre causou estranheza a resistência de setores industriais e principalmente do setor agrícola mexicano a um acordo de livre comércio com o Brasil.

Com efeito, o senso comum dificilmente explica que esses setores empresariais mexicanos possam mostrar-se refratários a um acordo de livre comércio com o Brasil e não encontrem dificuldade nos acordos de livre comércio que o México firmou com os EUA e outros países desenvolvidos.

O outro acordo comercial do Brasil com o México é o ACE-55, restrito ao setor automotivo. Até 2010, o comércio no setor automotivo gerou superávits para o Brasil. Com o fortalecimento da competitividade exportadora das montadoras no México, essa tendência reverteu-se bruscamente em 2011. Outro fator determinante para a diminuição das exportações brasileiras para o México foi o deslocamento das exportações brasileiras em função do ingresso em enorme quantidade, entre 2011 e 2015, de automóveis de segunda mão (“chatarras”) exportados ao México pelos EUA, sob o amparo do NAFTA.

Diante disso, o Brasil negociou com o México, em 2012, a introdução de um sistema de quotas no acordo automotivo. Esse sistema foi prorrogado em 2015 e se estenderá até 2019. Em função desse sistema de quotas e também de um declínio no consumo de automóveis de alta cilindrada no Brasil, o comércio bilateral no setor automotivo equilibrou-se, em termos de valor, no ano de 2016.

Cabe notar que a produção automotiva do México ultrapassou a brasileira em 2014.

As rodadas de negociação para ampliação e aprofundamento do ACE-53 intensificaram-se entre o final de 2015 e setembro de 2016. Desde então experimentaram um período de virtual paralisação. Os trabalhos deverão ser retomados numa 6ª. Rodada de negociações, em Brasília, na semana de 12-16 de junho de 2017.

2. Sinalizações políticas e visitas bilaterais

A última visita presidencial realizou-se em maio de 2015, quando a ex-Presidente Dilma Rousseff veio ao México e foram assinados importantes acordos bilaterais, dentre os quais o Acordo de Promoção e Facilitação de Investimentos e um novo Acordo se Serviços Aéreos.

O Presidente Michel Temer e os Chanceleres José Serra e Aloysio Nunes Ferreira reiteraram publicamente, em diferentes ocasiões, a prioridade atribuída pelo Brasil às relações com o México. Da mesma forma, múltiplos gestos de aproximação política foram realizados por autoridades brasileiras nos últimos anos, todos com o propósito de projetar o caráter estratégico e uma visão de grandeza da relação bilateral.

O Presidente Michel Temer enviou duas cartas com convite ao Presidente Enrique Peña Nieto para visitar o Brasil.

Os Chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Luis Videgaray mantiveram reuniões bilaterais em Buenos Aires e Washington, à margem de reuniões do Mercosul/Aliança do Pacífico e da OEA. Está pendente de definição de datas a realização de visita do Chanceler Videgaray ao Brasil.

Em fevereiro de 2016, realizou-se a III Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, que passou em revista os principais pontos da relação bilateral e dos programas de cooperação. A Comissão Bilateral tem nível ministerial. A III reunião, realizada no

México, contou com a presença dos Ministros brasileiros das Relações Exteriores e de Indústria e Comércio.

Em abril de 2016, o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira, fez visita à Cidade do México, quando cumpriu agenda de encontros oficiais que incluiu audiência com o Presidente do Senado da República mexicana e reuniões de trabalho com as Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e de América Latina e Caribe do Senado, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento. O Presidente da CRE foi recebido também pela então Secretária de Relações Exteriores do México.

Em julho do mesmo ano, o então Chanceler José Serra fez visita oficial à Cidade do México, ocasião em que manteve encontros de trabalho com os Secretários mexicanos de Economia e de Relações Exteriores. Durante essa visita, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México.

Em abril de 2017, o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, fez visita oficial à capital mexicana, mantendo encontros com o Chanceler mexicano, Luis Videgaray, e com os Secretários mexicanos de Defesa Nacional e da Marinha.

Como parêntesis, assinala-se que a possibilidade de intensificar a cooperação bilateral na área de defesa tem-se revelado um terreno bastante promissor. Em 2016 foi assinado Memorando de Entendimento em matéria de Defesa e Segurança entre os Ministérios militares dos dois países e teve início uma profícua cooperação com o objetivo familiarizar as forças armadas mexicanas com a experiência brasileira em matéria de participação em missões de paz sob a égide das Nações Unidas. Em abril de 2017, realizou-se o I Seminário Brasil-México sobre Sinergias em Indústrias de Defesa, com o propósito de promover maior conhecimento mútuo sobre as respectivas bases industriais de defesa e identificar oportunidades para o desenvolvimento de projetos comuns.

Além das visitas citadas, outras autoridades brasileiras estiveram no México para atender a reuniões de caráter bilateral, regional ou multilateral. Dentre essas visitas mencionem-se: duas visitas de Ministros de Agricultura; duas visitas de Ministros de Desenvolvimento Agrário, duas visitas de Ministros de Desenvolvimento Social, visita do Ministro de Meio Ambiente, da então Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente e de um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, de Ministros do Tribunal de Contas da União, do Secretário Nacional de Previdência Social e de dois Secretários Nacionais da Juventude, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além de visitas de Senadores e Deputados brasileiros, militares de alta patente, e quatro Subsecretários-Gerais do Itamaraty.

No sentido contrário, contudo, as visitas de autoridades mexicanas ao Brasil nos últimos dois anos limitaram-se às do Procurador-Geral da República mexicana, em fevereiro de 2017, no contexto das investigações sobre a atuação da Odebrecht no México, e da Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República mexicana, Senadora Gabriela Cuevas, em maio de 2017, ocasião em que promoveu sua candidatura à Presidência da União Parlamentar Internacional. Houve também visita a

São Paulo de delegação de segundo escalão hierárquico da Secretaria de Agricultura do México para tratar de interesses mexicanos relativos à possível necessidade de diversificação de suas importações de grãos (soja, milho e arroz), caso se materializem dificuldades maiores na relação comercial do México com os EUA.

3. Avanços, impasses e retrocessos nas negociações comerciais bilaterais

As negociações para ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53) foram lançadas em maio de 2015. De novembro de 2015 a setembro de 2016, foram realizadas cinco rodadas negociadoras. Desde então as negociações estiveram virtualmente paralisadas. As negociações serão retomadas na sexta rodada, a realizar-se em Brasília, na semana de 12-16 de junho de 2017.

O mandato negociador prevê a ampliação substantiva da cobertura tarifária do acordo, "buscando-se, na medida do possível, a liberalização integral do comércio". O México tem-se recusado a que as negociações busquem como objetivo alcançar o livre comércio com o Brasil.

O mandato prevê especificamente a diversificação do acordo, com inclusão de novos produtos industriais e agrícolas. Além disso, trata-se de negociações amplas, que abrangem não só a liberalização tarifária em bens, mas também temas como serviços, compras governamentais, barreiras sanitárias e fitossanitárias, facilitação do comércio e barreiras técnicas.

Na parte tarifária, já foi realizada uma rodada de troca de pedidos/ofertas de desgravação (dezembro de 2015) e duas de respostas (junho e agosto de 2016).

O Brasil solicitou inicialmente o dobro de itens que o México: 4.985 contra 2.745.

O nível de atendimento dos pedidos brasileiros é até agora inferior ao nível de atendimento dos pedidos mexicanos, sobretudo no que se refere ao valor de comércio e setores contemplados pela desgravação. Dentre os pedidos brasileiros atendidos, a maioria se refere a produtos que já têm tarifa zero aplicada pelo México. Os pedidos e ofertas mexicanas, por sua vez, estão centrados no setor químico e não atendem, até o momento, aos principais interesses brasileiros, especialmente em termos de acesso efetivo ao mercado mexicano para produtos agrícolas brasileiros.

O lado brasileiro tem indicado claramente que o acordo ampliado não poderá limitar-se à consolidação do acesso atualmente existente (tarifa zero quando já aplicada) e com avanços pontuais concentrados apenas no setor químico.

O lado mexicano tem invocado forte preocupação do setor privado com a existência de barreiras não tarifárias no Brasil, as quais supostamente anulariam o impacto de qualquer desgravação tarifária. Por isso, o México tem insistido na negociação de um marco normativo robusto, que discipline temas como licenças de importação, regras para quotas e outras medidas não tarifárias, e uma proibição geral de requisitos de desempenho para concessão de isenções tarifárias.

As propostas mexicanas de disciplinas comerciais têm, nessa linha, uma natureza "OMC-plus", e seguem o modelo de dispositivos negociados na Parceria TransPacífico (TPP) ou na Aliança do Pacífico (AP).

O Brasil tem manifestado abertura para considerar novas disciplinas, desde que justificadas pela realidade do comércio bilateral e apoiadas numa ampliação significativa do universo tarifário e no acesso efetivo para suas exportações que venha a ser assegurado pelo ACE-53 ampliado.

Alguns capítulos da negociação estão praticamente fechados, como em defesa comercial, concorrência, facilitação do comércio e solução de controvérsias. Em compras governamentais e em serviços há possibilidades de avanços.

Talvez o principal desafio negociador estará na área de medidas sanitárias e fitossanitárias, onde há resistência mexicana a aceitar, por exemplo, o princípio da regionalização no controle da febre aftosa, que poderia abrir o mercado mexicano de carne bovina e suína para exportações brasileiras.

O Embaixador do Brasil no México tem feito notar aos interlocutores locais que as negociações do ACE-53 se arrastam há mais de 2 anos com resultados ainda insatisfatórios e que se encontram virtualmente paralisadas desde setembro do ano passado. Sugeriu nesse sentido a necessidade de uma mudança radical na dinâmica das negociações, com envolvimento direto ministerial.

Nesse sentido, os Chanceleres Aloysio Nunes e Luis Videgaray anunciaram recentemente, em reunião bilateral realizada em Washington, no dia 31 de maio de 2017, a decisão de imprimir renovado impulso político às negociações com vistas à sua conclusão até o final deste ano.

Em conversa com o Embaixador do Brasil no dia 26 de maio (anterior ao encontro ministerial de 31.5), o Subsecretário de Comércio Exterior do México sinalizou que apresentará na 6ª. Rodada (Brasília, 12-16 de junho) uma oferta tarifária atrativa aos interesses brasileiros. Segundo disse, essa oferta estará, no entanto, condicionada a que o Brasil aceite um regime definitivo de livre comércio no setor automotivo, com a incorporação do ACE-55 (automotivo) ao universo tarifário e às novas disciplinas a serem adotadas no âmbito do ACE-53.

Nessa conversa, o Embaixador reiterou que o Brasil deseja chegar o mais próximo possível de um acordo de livre comércio com o México. Reiterou também que o Brasil espera uma abertura ampla do setor agrícola, tanto em termos tarifários como em acesso efetivo, com a superação de obstáculos sanitários e fitossanitários. Assinalou também que o Brasil espera obter condições de igualdade com relação à abertura que o México já concedeu a outros países nos acordos que já firmou.

O Subsecretário de Comércio Exterior repisou argumento bastante difundido no México de que o Brasil teria descumprido os termos do acordo automotivo, com a imposição unilateral de quotas. O Embaixador do Brasil que assinalou que as quotas atualmente vigentes não foram impostas unilateralmente, mas sim acordadas bilateralmente, e que decorreram do agressivo deslocamento das exportações brasileiras de veículos para o México, causado pela importação pelo México, em grandes quantidades, entre 2011 e 2015, de veículos de segunda mão exportados pelos EUA no âmbito do NAFTA. O Embaixador assinalou também que o acordo automotivo estabelece um regime de comércio administrado intrafirmas operado pelas montadoras e que deve ser monitorado pelos governos para evitar situações de desequilíbrio que levem a desvios de investimentos, paradoxalmente financiados pela parte comercialmente deficitária. Registrhou também que o calendário e agenda de negociações do ACE-55 (automotivo) não se confundem com o mandato das negociações do ACE-53 e manifestou sua opinião de que a hipotética inclusão do setor automotivo no ACE-53 somente poderia ser examinada se e quando o ACE-53 se torne um acordo de livre comércio com cobertura universal de linhas tarifárias e com eliminação das múltiplas exceções que atualmente beneficiam o México em matéria de regras de origem para produtos automotivos.

4. Principais dificuldades enfrentadas na atuação da Embaixada: limitações de acesso e persistência de mitos e preconceitos na relação.

A principal dificuldade encontrada pelo Chefe do Posto na condução das atividades da Embaixada decorreu do limitado acesso que se dá ao corpo diplomático acreditado no México ao primeiro escalão de governo. Grande parte dos Ministros mexicanos via de regra não atende sequer a pedidos de visitas de cortesia por Embaixadores estrangeiros. Apesar de insistentes pedidos iniciais, o Chefe do Posto em seus 2 anos de missão nunca foi recebido por Ministros de importantes Pastas para o relacionamento bilateral com são a Fazenda Pública, Agricultura, Energia, Desenvolvimento Social, Educação e o Ministro de Governo. Tampouco logrou ser recebido pelos Presidentes do Senado da República e da Suprema Corte de Justiça.

Essa circunstância local obriga a que toda a interlocução da Embaixada se realize necessariamente em nível de segundo, terceiro e quarto escalão, o que muitas vezes dificulta a desejável sensibilização política para os assuntos tratados.

A outra dificuldade de atuação resulta da persistência de mitos e preconceitos que afetam a relação bilateral.

Que mitos são esses?

Há, na verdade, tanto no Brasil como no México, percepções equivocadas que refletem um claro déficit de conhecimento recíproco.

No Brasil, há certa dificuldade em compreender por inteiro as implicações políticas e econômicas que tem para o México esse enorme poder de atração e de influência que vem do Norte.

Já no México, um importante preconceito que permeia a atitude de certos estamentos políticos e empresariais é o “sentimento de permanente competição com o Brasil”. Há uma necessidade constante no discurso político local de apresentar a realidade econômica do México em comparação positiva com relação ao Brasil. Ouvem-se também, com frequência, referências à necessidade de “superar rivalidades”.

É comum entre personalidades políticas locais e formadores de opinião a errônea percepção de que “o Brasil buscou no passado recente isolar o México com iniciativas antagônicas no contexto regional” e de que “o Brasil e o México sempre competiram para ter com os EUA a relação política e econômica que afinal apenas o México alcançou”.

A maior dose de mitos e preconceitos revela-se, no entanto, no âmbito empresarial com relação ao Brasil. Curiosamente isso se dá no contexto de um crescimento significativo dos investimentos privados mexicanos no Brasil.

Firmou-se no México, nos últimos anos, especialmente no setor agroindustrial e manufatureiro, a falsa noção de que “o Brasil é uma economia fechada”, de que “pouco serviria a ampliação de acordos comerciais com o Brasil porque lá prevalecem altos impostos internos e barreiras não tarifárias”, de que “o Brasil descumpriu sistematicamente as disposições do acordo automotivo com o México”, de que “a abertura do mercado mexicano ao agronegócio brasileiro representaria inevitavelmente a destruição da agricultura familiar no México”, e de que “a América Latina estaria hoje política e economicamente dividida entre o Mercosul (onde prevaleceria o protecionismo) e a Aliança do Pacífico (onde prevaleceria a cultura do livre comércio).”

São por certo afirmações distorcidas e distantes da realidade, mas que são ao mesmo tempo reveladoras de um estado de espírito avesso aos esforços de uma maior integração econômica e comercial.

É necessário explicar frequentemente aos interlocutores mexicanos que uma economia complexa como a brasileira tem múltiplas facetas e não pode ser facilmente explicada com chavões simplificadores. Por um lado, é verdade que a economia brasileira está fortemente voltada para o mercado interno e que o comércio exterior representa apenas 20% do PIB brasileiro, o que dá à primeira vista a impressão de uma economia fechada. Mas não é menos verdade que o comércio exterior do Brasil é muito importante

em termos absolutos, oscila entre US\$ 400 e 500 bilhões por ano, e inclui uma pauta bastante diversificada de importações e de exportações, tanto em cobertura de produtos como na distribuição geográfica de seus sócios comerciais.

Os números do comércio exterior demonstram que a economia brasileira absolutamente não está fechada ao mundo. Os investimentos externos confirmam essa afirmação. Apesar da perda do grau de investimento (em função do déficit fiscal interno, elevação da relação dívida interna/PIB e necessidade de um longo período de consolidação fiscal), os investimentos externos diretos se mantiveram em patamar superior aos US\$ 80 bilhões.

É necessário também constantemente recordar que tanto no Brasil como no México persistem barreiras não tarifárias ao comércio. Aliás, não se trata de uma idiossincrasia desses dois países. No mundo inteiro as barreiras não tarifárias são hoje mais importantes do que as barreiras tarifárias. Daí a importância de que as negociações bilaterais para ampliação e aprofundamento do ACE-53 incluam (como de fato o fazem) não apenas uma desgravação tarifária consistente, mas também a questão das barreiras técnicas, facilitação de comércio, convergência regulatória e eliminação dos entraves sanitários e fitossanitários que não estejam claramente calcados em normas internacionais, testes e evidências científicas.

É verdade que os impostos internos no Brasil são mais elevados do que no México, onde a base impositiva e arrecadação do Estado é menor. Mas isso em nada altera as condições de competitividade das exportações no mercado brasileiro, porque os impostos internos cobrados às importações são exatamente os mesmos cobrados à produção local. Não há qualquer forma de discriminação tributária contra as importações.

Nada mais errôneo do que afirmar que o agronegócio brasileiro pretende acaparar o mercado mexicano e com isso destruir as bases da agricultura (especialmente a agricultura familiar) no país. O que o Brasil deseja nas negociações comerciais em curso é abrir um espaço de participação para o agronegócio brasileiro no mercado que o México já abriu à participação de outros países (especialmente os EUA, Canadá e União Européia), com os quais o agronegócio brasileiro deseja competir em condições equitativas (especialmente em carnes, lácteos e grãos). Deve-se levar em conta que as exportações agrícolas mexicanas também poderão encontrar nichos de oportunidade no mercado brasileiro (frutos vermelhos, por exemplo).

Por último, é preciso desfazer com veemência quase cotidiana no México a falsa percepção de uma oposição política e econômica entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Na verdade, os dois blocos perseguem objetivos convergentes. O Brasil possui acordos de livre comércio com todos os países da Aliança do Pacífico à exceção do México. Esses acordos incluem bens, serviços, investimentos e compras governamentais. A desgravação em bens alcançará 100% a partir de 2019, antes - portanto - de encerrar-se o ciclo de desgravações tarifárias no âmbito da Aliança do Pacífico (2020 para bens industriais e 2030 para agricultura).

Além disso, o Brasil mantém com o Chile, Colômbia e Peru um comércio significativamente maior do que o comércio do México com seus três sócios da AP. E o Mercosul, como bloco, tem mais comércio com os países da AP do que os membros da Aliança têm entre si.

Nesse quadro de contrastes entre realidade e falsas percepções, qual é a agenda e que devem buscar os dois países?

A resposta a essa pergunta envolve necessariamente 3 linhas de ação:
i) estimular a ampliação de associações estratégicas entre os setores privados dos dois países;
ii) ampliar e aprofundar os acordos comerciais entre os dois países;

iii) os dois Governos e os setores privados dos dois países precisam vocalizar com maior empenho a importância real e potencial da relação econômica bilateral.

Brasil e México são dois importantes parceiros comerciais, precisam reconhecer-se como tal e buscar ampliar essa relação. Por mais difícil que seja superar os mitos e desconfianças, o Brasil deve seguir buscando persistentemente uma relação cada vez mais intensa e madura com o México.

5. Pano de fundo: a prioridade que constitui para o México a relação bilateral com os EUA

A história política e a economia mexicana estão fortemente marcadas pela vizinhança com os Estados Unidos da América.

Não é difícil imaginar o que significa para os mexicanos conviver com esse enorme poder de influência e de atração, que se reflete também na presença de 35 milhões de mexicanos e descendentes diretos que vivem nos EUA.

Ao mesmo tempo, convivem no *ethos* político mexicano as marcas de uma relação historicamente conflitiva, de que é exemplo a perda da metade do seu território original, anexada aos Estados Unidos na primeira metade do século XIX.

Com a entrada em vigor do NAFTA em 1994, consolidou-se a forte dependência da economia mexicana com relação aos Estados Unidos. Os EUA absorvem nada menos do que 80% das exportações mexicanas e proveem 50% das importações.

É interessante notar, contudo, que o México desenvolveu em alguns períodos, com maior ou menor ênfase, em vários aspectos de sua política externa, um perfil autônomo e independente que serve de mecanismo de compensação frente a essa forte dependência econômica.

A partir desse contexto histórico, nada na história recente jamais provocou sentimentos tão confusos de perplexidade e desconcerto no espírito coletivo mexicano (especialmente na elite política e econômica do país) do que a virulência dos ataques feitos ao México pelo Presidente Donald Trump durante o período eleitoral norte-americano e no início de seu mandato.

As lideranças políticas e o empresariado mexicano surpreenderam-se com a repentina necessidade de responder às ameaças do então candidato republicano de construir um muro em toda a fronteira, devolver ao México milhões de imigrantes ilegais (entre os quais sobrariam criminosos, narcotraficantes e estupradores), taxar as remessas dos imigrantes, denunciar o Tratado de Livre Comércio (NAFTA), sobretaxar as importações provenientes do México, equilibrar a fórceps o comércio bilateral e impor castigos tributários a empresas norte-americanas que seguissem “transferindo empregos para o Sul.”

O que mais claramente surpreendeu ao Governo e às elites mexicanas foi a fácil penetração da mensagem do candidato republicano em todos os estamentos do eleitorado norte-americano, não apenas entre os setores conservadores e tradicionalmente xenófobos, mas inclusive entre parcela expressiva de eleitores hispânicos.

As elites mexicanas acreditam na força de persuasão dos argumentos para demonstrar que a fortaleza da relação interessa igualmente aos dois países. Afinal “o comércio com o México é responsável por 6 milhões de empregos nos EUA; o México é o principal parceiro econômico de um grande número de estados norte-americanos; em cada dólar exportado pelo México aos EUA estão embutidos 45% centavos de dólar previamente exportados dos EUA para o México; o fluxo migratório de mexicanos para os EUA se reverteu; nos anos mais recentes tem sido maior o número de mexicanos que retornam ao México do que o número de mexicanos que buscam estabelecer-se nos EUA;

a contenção do fluxo de imigrantes centro-americanos em direção dos EUA depende centralmente da colaboração do México (que na realidade deporta mais estrangeiros do que os EUA); o empreendedorismo da população de origem mexicana nos EUA é responsável pela geração de importante parcela do PIB naquele país.”

O discurso oficial é de confiança de que o México levará a bom termo a plena normalização das relações políticas, migratórias e econômicas com os EUA e de que a renegociação do NAFTA será conduzida trilateralmente e poderá representar uma oportunidade de aprofundamento da relação econômica entre seus integrantes. O Secretário da Fazenda, por exemplo, costuma afirmar que “es difícil y tampoco haría sentido pelearse contra la Geografía y la fuerza de gravedad” e que “los Estados Unidos no serán competitivos en el mundo si México no hace parte de la generación de valor”. Lembra-se também que “o México é o segundo maior comprador dos EUA”; que “os EUA vendem ao México mais do que à União Européia quatro vezes mais do que ao Brasil, Rússia, Índia e África do Sul juntos. O Secretário de Relações Exteriores costuma afirmar que “estoy seguro de que vamos a salir bien en la relación”.

Em contraste com essa confiança, alguns articulistas lembram que as expectativas de crescimento do PIB para 2017 baixaram sucessivamente de 2,5% a 1,7%; que a dívida pública supera 50% do PIB; que o Governo viu-se na contingência de ter de anunciar sucessivos recortes nos gastos públicos; que a inflação começa a superar a meta de 3%; que a taxa de juros subiu de 3% a 5,75% em menos de um ano; que o peso mexicano depreciou 20% com relação ao dólar; que os investimentos externos deverão cair a menos de US\$ 25 bilhões; que as remessas de residentes nos EUA representam mais em termos de valor do que os investimentos externos no México; e que a eventual imposição pelos EUA de tarifas e de “restrições voluntárias” às exportações mexicanas representaria uma forte ameaça adicional à economia mexicana neste momento.

As autoridades mexicanas afirmam, por vezes, que o país finalmente despertou para a necessidade de melhor equilibrar suas relações externas, especialmente no campo econômico e comercial.

Contudo, a prioridade absoluta para o México neste momento é não arriscar-se a perder o principal mercado e não permitir que se deteriore a relação quase unívoca que cultivou ao longo de décadas com os Estados Unidos.

O empresariado mexicano está fortemente vinculado aos EUA por interesses recíprocos defendidos e preservados no âmbito do NAFTA, que favoreceu o estabelecimento de cadeias binacionais de produção e distribuição.

Exemplo ilustrativo disso é que metade da carne consumida no México provém dos EUA e há uma relação umbilical entre os rancheiros dos dois lados da fronteira. Os criadores de gado mexicanos enviam bezerros e gado adulto em pé para os EUA; lá esse gado é alimentado e engordado com soja e milho que o México não produz em quantidade suficiente; em seguida esse gado passa por frigoríficos norte-americanos e volta ao México já na forma de carne cortada e refrigerada.

A preocupação central em matéria de importações neste momento é que o México se veja forçado a tomar “medidas-espelho” frente à ameaçada imposição pelos EUA de um “border tax adjustment”. Na hipótese de as exportações industriais mexicanas para os EUA serem sobretaxadas em 20%, o Governo mexicano teria de impor uma sobretaxa simétrica a produtos importados dos EUA, o que encareceria importações essenciais para o México como os insumos para a indústria de transformação e as importações de soja, milho, trigo, arroz em casca, carne bovina, suína e de aves. É essa possibilidade real que obriga o México a buscar identificar fontes alternativas de provisão.

6. Comércio bilateral e promoção comercial

Em 2016, o Brasil manteve-se como principal parceiro comercial do México na América Latina e o 7º em geral. O México é o 8º principal sócio comercial brasileiro. A corrente de comércio Brasil-México foi de US\$ 7,3 bilhões, com superávit para o Brasil de US\$ 285 milhões. O resultado reverteu os déficits brasileiros observados de 2009 a 2015. Nos primeiros cinco meses do ano de 2017 (jan/maio), as exportações brasileiras cresceram 17,67% com relação ao mesmo período no ano anterior; e as exportações mexicanas cresceram 15,71%. No setor automotivo, o desempenho das exportações brasileiras mostrou crescimento de 28,68% nas vendas de veículos para o México, enquanto que as vendas mexicanas de veículos cresceram 36,45%.

Persistiram, no período entre 2015 e 2017, as dificuldades de acesso ao mercado mexicano no setor agropecuário, principalmente devido a questões sanitárias. O Governo brasileiro vem tentando abrir o mercado mexicano para carne bovina e suína *in natura*, fechado sob o pretexto da incidência de febre aftosa no Brasil (o México não reconhece o “status” brasileiro de regiões livres de febre aftosa com e sem vacinação). Com relação ao mercado de carne de frango, logrou-se manter quota acumulada de 300 mil toneladas livre de tarifas desde maio de 2013 até dezembro de 2017. Desde dezembro de 2015, estão habilitados 21 estabelecimentos brasileiros exportadores de carne de aves. O sistema de quotas gera imprevisibilidade no médio prazo, pela necessidade de renovação, sendo preferível uma solução tarifária permanente.

A Embaixada também tem dado continuidade às tratativas para viabilizar exportações brasileiras de farinha de aves, ovos SPF, alimentos para animais de estimação, lácteos, arroz e sementes.

Em março de 2017, em decorrência da Operação Carne Fraca no Brasil, o Serviço Nacional de Sanidade, Inoquidade e Qualidade Agroalimentar do México (SENASICA) suspendeu de forma “precautória” as importações de produtos cárneos do Brasil. Após reiteradas gestões conjuntas da Embaixada e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA), bem como informações técnicas prestadas ao órgão sanitário mexicano, o bloqueio foi levantado no início de abril de 2017.

O Governo e o empresariado mexicano têm sinalizado o interesse em ter o Brasil como fornecedor de milho amarelo, soja e arroz. Em maio de 2017, com o apoio da Embaixada, missão da Secretaria de Agricultura e de empresários mexicanos visitou o Brasil para iniciar contatos de negócios com o Brasil nesses produtos.

Em paralelo, a Embaixada tem dado ênfase às ações de promoção comercial: desde o último quadrimestre de 2015 até maio de 2017, foram registrados 1.065 atendimentos ao público, 317 visitas, encontros e reuniões; 32 participações ou colaborações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras, entre outras atividades. A Embaixada fez-se representar nas principais feiras do México no setor de turismo, energia, mobiliário, maquinaria, indústria gráfica, franquias, segurança e defesa; organizou ou apoiou missões brasileiras do setor de engenharia (Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE), turismo (Embratur), pecuário (Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA), de máquinas (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ) de grãos (Fedearroz e Instituto Riograndense do Arroz) e de tecnologia (apoio e coordenação com a Apex no projeto Brasil Tecnológico), bem como de missões de habilitação de estabelecimentos exportadores brasileiros (carne de aves, material genético avícola e carne bovina termoprocessada).

7. Ação Cultural da Embaixada

Entre 2015 e 2017, não obstante o quadro de severas restrições orçamentárias, a Embaixada realizou atividades culturais nos campos da literatura, do audiovisual, da música popular e erudita, das artes plásticas e da gastronomia.

No campo da literatura, a Embaixada participou anualmente da Feira Internacional do Livro de Guadalajara, organizando estande de livros e apoiando escritores brasileiros convidados pelos organizadores para participar do programa “Destinação Brasil”, criado, em 2012, para promover a literatura brasileira contemporânea. O México constitui um dos principais polos editoriais em idioma espanhol, razão pela qual o Brasil deve buscar ocupar neste país posição estratégica na promoção da literatura nacional. Nos últimos anos, nota-se aumento do interesse das editoras mexicanas pelos novos autores brasileiros, em particular das editoras independentes e universitárias, na esteira do fortalecimento do Programa de Apoio à Tradução da Fundação Biblioteca Nacional. Nesse contexto, seria recomendável promover as letras brasileiras mediante a participação regular e consistente em feiras editoriais, mediante apoio à vinda de autores brasileiros para participação em eventos literários e apoio a oficinas de tradução literária.

No campo audiovisual, a Embaixada realizou, em parceria com a Cineteca Nacional mexicana, mostras cinematográficas em 2016 e 2017, que contaram com a participação de diretores de cinema brasileiros. Em 2016, também em parceria com a Cineteca Nacional, foi organizado curso de cinema de 40 horas para divulgar a produção cinematográfica brasileira das últimas décadas. A participação em festivais constituiria estratégia adicional para dar maior visibilidade local aos filmes brasileiros. A Embaixada é contatada regularmente por programadores de diversos festivais em busca de apoio para ampliar a participação brasileira em eventos de longa e curta metragem. Diante dos escassos recursos disponíveis, nem sempre a Embaixada pode atender pedidos de apoio financeiro para patrocinar a vinda ao México de diretores ou produtores brasileiros.

No campo da música popular e erudita, dois shows foram organizados pela Embaixada, em 2016, com apoio financeiro do Ministério da Cultura, para celebrar na capital mexicana o centenário do samba. No segundo semestre de 2016, apoiou-se, ademais, iniciativa do BNDES para realizar concerto, na Faculdade de Música da “Universidad Autónoma do México” (UNAM), com o pianista brasileiro Pablo Rossi. Desde janeiro de 2017, a Embaixada patrocina programa dominical de rádio, na Cidade do México, voltado para a música brasileira. A música constitui a expressão cultural brasileira que desperta mais interesse entre o público mexicano, porém a presença de músicos brasileiros no México é pouco freqüente. Valores de cachês, quantidade e custo das passagens aéreas são os principais obstáculos. A Embaixada é contatada regularmente por programadores de festivais em busca de apoio para ampliar a participação brasileira. Na ausência de recursos, a Embaixada tem buscado promover a música brasileira por meio de divulgação da cena musical nacional junto a programadores, presença institucional em eventos que contem com participação de músicos brasileiros e do patrocínio de programa de rádio dedicado à música brasileira.

No campo das artes plásticas, o Posto associou-se, em 2016, à iniciativa do Museu Nacional de Arte (MUNAL) e do Museu de Arte Latino-americana de Buenos Aires (MALBA) que resultou em exposição inédita, nesta capital, de seleção de 159 obras de destacados artistas brasileiros modernistas da coleção Hecilda e Sérgio Fadel. No contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016, a Embaixada promoveu, no Centro Cultural Brasil México (CCBM), a exposição "El arte olímpico en latinoamérica: México 68, Rio 2016", que reuniu obras de 25 artistas mexicanos, brasileiros e estrangeiros sobre a experiência desportiva das duas únicas cidades na América Latina que sediaram os Jogos Olímpicos. Ainda em 2016, em celebração do bicentenário da missão artística francesa de 1816, a Embaixada realizou, na Câmara de Deputados do Congresso da União, em

parceria com o Grupo de Amizade Brasil-México, exposição de gravuras da coleção fac-símile do "Voyage Pittorèsque et Historique au Brésil", de Jean Baptiste Debret, que pertence ao acervo da Embaixada. Em 2017, o Posto deverá associar-se à iniciativa da "Braskem Idesa" para expor, no Museu Nacional de Antropologia, fotografias de Pierre Verger sobre o México. É grande o interesse dos museus mexicanos pela arte brasileira, mas a magnitude dos valores envolvidos na montagem de exposição constitui o maior obstáculo. A Embaixada está buscando patrocinador institucional para a a vinda ao México de exposição de oratórios barrocos brasileiros.

O Centro Cultural Brasil-México (CCBM), subordinado à Embaixada, oferece cursos de português e capacita professores de português na Cidade do México. Desde 2015, a Embaixada se empenhou em aumentar o número de alunos inscritos nos cursos de português. Em 2015, o CCBM contava com menos de 80 alunos, demanda insuficiente para justificar a própria existência da instituição. Mediante o uso de propaganda e a reorganização dos cursos em horários adicionais, inclusive aos sábados, incrementou-se a procura. No primeiro semestre de 2017, cerca de 160 alunos se matricularam nos cursos de português do CCBM, número que poderia ser maior caso habilitada a contratação de novos professores. A Embaixada conta, ainda, com leitorado no Instituto Politécnico Nacional, onde são oferecidos cursos de português para cerca de 400 alunos universitários.

A Embaixada divulga junto ao público universitário mexicano os programas brasileiros de intercâmbio estudantil, especialmente o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), ambos coordenados pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Desde 2011, foram assinados diversos convênios para o estabelecimento de cátedras de estudos sobre o Brasil em universidades mexicanas, tais como Universidad Autónoma de México (Cátedra "Guimarães Rosa"), Instituto Politécnico Nacional (Cátedra "Manoel de Barros"), El Colegio de México (Cátedra "Florestan Fernandes"), Universidad del Claustro de Sor Juana (Cátedra "Machado de Assis"), Instituto Mora (Cátedra "Sérgio Buarque de Hollanda") e uma cátedra que atende simultaneamente à Benemérita Universidad Autónoma de Puebla e à Universidad Autónoma de Tlaxcala. O quadro de restrições orçamentárias afeta, no entanto, a manutenção das cátedras e suscita questionamentos com relação ao efetivo interesse do Governo brasileiro na sua manutenção. Nessas condições, seria recomendável destinar recursos adequados para o funcionamento das cátedras, de forma a manter e reforçar o diálogo acadêmico entre os dois países.

8. Turismo e questões consulares

Em 2016, o México manteve-se como o 15º maior emissor de turistas ao Brasil (95 mil turistas, aumento de 4,7% em relação a 2015). O Brasil, por sua vez, é o 6º maior emissor de turistas ao México, com cerca de 300 mil visitas por ano. A Embaixada tem organizado e coordenado, juntamente com a Embratur, reuniões do Comitê *Descubre Brasil México* (CDBM), integrado ainda por linhas aéreas, pela Câmara de Comércio México-Brasil e por operadores turísticos. No entanto, a ausência de recursos financeiros dificulta o propósito de divulgar o produto turístico brasileiro no México.

O fluxo de turistas brasileiros ao México aumentou significativamente desde que, em 2013, voltou a ter vigência o acordo de dispensa de vistos de curta duração. A questão principal que ocupa a autoridade consular brasileira no México (Consulado-Geral) é a assistência ao número crescente de brasileiros em trânsito pelo país. Tem-se registrado

aumento do número de nacionais que buscam ingressar irregularmente nos EUA a partir do território mexicano e que ficam muitas vezes sujeitos à extorsão de redes criminosas de tráfico de pessoas. Dentre esses migrantes estão também nacionais de terceiros países que desistem do “status” de refugiado no Brasil e ingressam no México, acompanhados de filhos brasileiros, na tentativa de migrar para os EUA. Outra questão recorrente nos últimos anos é o aumento de casos de inadmissão de brasileiros pelas autoridades migratórias e de reclamações por nacionais brasileiros de trato desrespeitoso por funcionários do serviço mexicano de migrações. Essa questão foi tratada durante a 5^a Reunião do Mecanismo Bilateral de Coordenação Consular, em outubro de 2016, na Cidade do México.

9. Promoção dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Em 2016, a Embaixada realizou uma série de ações promocionais dos Jogos Olímpicos Rio 2016: cerimônia e conferência de imprensa no Comitê Olímpico Mexicano para marcar a contagem regressiva de 100 dias para abertura da Rio 2016 (abril); organização da exposição fotográfica “México 1968 – Rio 2016: as duas cidades olímpicas da América Latina” em galeria aberta na principal avenida da Cidade do México (julho e agosto); realização de cerimônia e coquetel em homenagem à delegação olímpica e paraolímpica mexicana no Museu Soumaya (julho); e iluminação, com as cores do Brasil, de monumentos e edifícios simbólicos da Cidade do México, por ocasião da contagem regressiva de 100 dias e da véspera da abertura dos Jogos Olímpicos (Anjo da Independência, Estádio Olímpico, sede da Chancelaria, Monumento à Revolução Mexicana e Museu Soumaya).

10. Cooperação Técnica

Por ocasião da III Reunião da Comissão Binacional, em fevereiro de 2016, acordou-se plano de trabalho para o biênio 2016-2017 e firmou-se Memorando de Entendimento para a realização conjunta de programas de cooperação em terceiros países.

Os principais setores do programa bilateral de cooperação são agropecuário, saúde, trabalho e emprego, e meio ambiente. Os três projetos mais significativos são: (i) formação de técnicos especializados em agricultura, pecuária e silvicultura tropical para o desenvolvimento das zonas tropicais do México; (ii) gestão da informação estatística e geográfica para o manejo de recursos hídricos; e (iii) apoio técnico para a expansão e consolidação da Rede de Banco de Leite Humano no México.

11. Cooperação em Ciência e Tecnologia

A cooperação em Ciência e Tecnologia (C&T) entre Brasil e México é regida pelo “Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica”, celebrado em 24 de julho de 1974, e em vigor desde 15 de maio de 1975, e pelo “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica”, assinado em 24 de julho de 2002. Em 2016, por iniciativa da Embaixada, Brasil e México acordaram retomar a cooperação bilateral no tema. Para tanto, o primeiro passo será a realização de “workshop”, na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entre pesquisadores dos dois países. Os pontos focais para a cooperação em tela são o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), pelo lado brasileiro, e a Secretaria de Relações Exteriores (SRE) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT), pelo mexicano. A parte mexicana propôs que seja, também, realizado encontro entre

representantes de MCTIC e CONACYT, à margem do “workshop”, quando seria assinado novo memorando de entendimento sobre a matéria, que regularia o novo momento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

Também em 2016, Brasil e México acordaram dar início à cooperação bilateral no setor de telecomunicações. Nesse contexto, foi construída agenda de trabalho para a realização da primeira reunião bilateral sobre o tema no corrente ano, a ser realizada no Brasil, que incluiu temas de interesse brasileiro e mexicano. Os pontos focais para a corrente cooperação são o Ministério de MCTIC e a Secretaria de Comunicações e Transportes (SCT).

12. Cooperação Jurídica

Encontra-se atualmente em negociação novo Tratado de Extradição entre o Brasil e o México. Contraproposta brasileira do texto do Tratado foi entregue à Embaixada do México em Brasília e à Chancelaria mexicana em outubro de 2016.

Também em 2016 foram atualizados, em coordenação entre a Embaixada, a Chancelaria mexicana e Procuradoria General de la República, os trâmites de solicitação de assistência jurídica em matéria penal.

13. Temas administrativos

O Governo brasileiro é proprietário de terreno com 800 m² situado no principal endereço comercial e financeiro da cidade, a Avenida Paseo de La Reforma, no qual funcionou a Embaixada entre os anos de 1980 e 1985.

A Embaixada procedeu à contratação, por meio de licitação no modelo carta-convite, de empresa especializada com vistas a avaliar o valor de mercado do imóvel. O valor preliminar estimado do terreno é de US\$ 18 milhões. A empresa deverá concluir o estudo de avaliação no final do mês de junho corrente. Uma vez conhecido o valor de transação do próprio nacional, caberá decisão do Governo brasileiro sobre o destino a ser dado a esse valioso patrimônio, que poderá ser: i) venda; ii) permuta; iii) incorporação a projeto executado por terceiros; ou iv) manter o patrimônio como propriedade da União. O Chefe do Posto sugere conservar esse patrimônio como propriedade da União para a futura construção, com recursos próprios, de uma nova sede da Chancelaria da Embaixada, do Consulado e do CCBM, ou para a construção por terceiros, na forma de uma associação público privada, de imóvel que seria parcialmente concessionado por tempo determinado, mas cuja propriedade se manteria integralmente em mãos do Governo brasileiro.

Finalmente, no campo administrativo, ressaltem-se importantes trabalhos de conservação realizados nos imóveis da Chancelaria e da Residência nos dois últimos anos e o esforço empreendido para regularizar os inventários patrimoniais da Chancelaria, da Residência e do CCBM mediante vistoria física de todos os itens, o que resultou em ampla lista de pedidos de incorporações de bens nunca inventariados e de baixas de peças identificadas como inservíveis ou de recuperação antieconômica.